



RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº: 33502/2021

Pregão nº: 10/2022

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos oficiais e locados do Município de Arapiraca, por meio de sistema eletrônico, com a utilização de cartões magnéticos ou microprocessador (chip), de aceitação para aquisição de combustíveis (gasolina, diesel comum e diesel S10), em postos credenciados, com a utilização de sistema integrado via internet para monitoramento de abastecimentos.

Recorrente: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI – CNPJ: 12.039.966/0001-11

I – PRELIMINARES

Trata-se de análise de Recurso interposto TEMPESTIVAMENTE contra a decisão desta Pregoeira em habilitar a empresa: SMART SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 23.685.734/0001-57.

A empresa apresentou intenção de recurso, que foi aceita pela Pregoeira para análise.

Vejamos: “Declaramos intenção em recorrer considerando que os Atestados são incompatíveis quanto a prazo e valor, bem como Balanço Patrimonial e documentos com divergências, conforme demonstraremos em razões.”

II - DA TEMPESTIVIDADE

No Pregão Eletrônico, a manifestação da intenção de recorrer deve ser apresentada em campo específico no sistema Comprasnet, o que foi realizado pela empresa recorrente, uma vez que registrou prévia intenção de recorrer, que foi aceita por esta pregoeira. A empresa LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI(Recorrente), após aceita a sua intenção de recurso, apresentou TEMPESTIVAMENTE, por meio do Sistema Comprasnet, as suas razões recursais.

III- DO RECURSO

A empresa recorrente, apresentou recurso no tocante aos atestados de capacidade técnica e balanço apresentados pela empresa SMART, alegando em suas razões o que segue:

Quanto aos atestados de capacidade técnica afirma que os mesmos foram analisados somente em razão de sua similaridade com o objeto - “Primeiramente, deve haver similaridade entre o OBJETO, ou seja, o objeto deve ser o mesmo que consta no edital com o que se pretende comprovar sua capacidade com o objeto, e tal requisito a SMART cumpriu. Seguindo a análise, os atestados apresentados devem ser compatíveis em razão de QUANTIDADE, e o quantitativo se refere ao valor do das contratações e a SMART, não trouxe um atestado sequer que seja com-



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

patível em relação à quantidade, que seja aceitável conforme as exigências do instrumento convocatório". Alegando assim que todos os atestados apresentados são imprestáveis.

Continua suas razões questionando a legalidade do balanço patrimonial apresentado, afirmando que:

"A Smart apresentou o balanço patrimonial em dissonância com a exigência do instrumento convocatório, vejamos o que dispõe o edital sobre a exigência: 19.1.4.2. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei; Pois bem, foram apresentados dois balanços, o Livro Diário de número 7 e o Livro Diário de número 6, que abrangem os períodos de 01/11/2020 a 31/12/2020 e 01/01/2020 a 31/10/2020, respectivamente. Em breve síntese, o balanço patrimonial é um documento contábil, numerado sequencialmente, constituído pelo termo de abertura, demonstrações contábeis, pelo índice de liquidez, pela demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado, demonstrações de lucros e prejuízos acumulados, termo de autenticação ou registro, pelas notas explicativas, e, finalmente, pelo termo de encerramento. Ora, o instrumento convocatório, exigiu a apresentação do balanço patrimonial na forma da lei, no entanto, existe incongruência no documento contábil. Anote-se, o Livro Diário de número 7, faz referência à período distinto do apontado nas notas explicativas e na DRE, ou seja, de 01/11/2020 a 31/12/2020, conforme é possível verificar no Termo de Abertura: Isso por si só, já demonstra a ocorrência de vícios no documento contábil apresentado pela empresa Smart. É certa a existência de irregularidade no documento contábil apresentado.

Veja, se o documento faz referência ao período de 01/11/2020 a 31/12/2020, por qual motivo a DRE faz alusão à outro período distinto? Evidentemente, o documento assim como os atestados, são imprestáveis, pois existem erros materiais que o maculam e a Administração em nome da legalidade, não poderia aceitar um documento defeituoso e imprestável, afinal, exigiu-se a apresentação de balanço patrimonial, na forma da lei. O documento como foi apresentado, não respeita a forma estipulada pelo ordenamento jurídico pátrio, há incompatibilidade do período ao qual a DRE faz alusão com o balanço em si".

IV - DAS CONTRARRAZÕES



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

A empresa SMART SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ: 23.685.734/0001-57, apresentou suas contrarrazões nas quais pugnou pela manutenção de sua classificação, elucidou em sua defesa o respeito ao princípio da vinculação ao Instrumento Convocatório apresentando súmulas que corroboram suas alegações.

Quanto a apresentação dos atestados de capacidade técnica, informa que apresentou os documentos de acordo com a solicitação do Edital desta licitação, bem como encaminhou cópias de contratos para comprovar suas alegações

Quanto a alegação da recorrente de que houve apresentação de atestados incompletos, pegando retalhos, a recorrida se defendeu explicando que quando firmado o contrato com determinada prefeitura, o serviço é prestado para diversas secretarias, e elas, quase sempre não possuem o mesmo CNPJ, então cada uma emite uma nota com valores diferentes, mas que juntas, alcançam o valor apresentado no atestado técnico. Conclui sua fundamentação, afirmando que a empresa não incorreu em qualquer ilegalidade ou deixou de apresentar documentação solicitada.

Quanto ao questionamento do balanço patrimonial apresentado estava incompleto a empresa afirma que apresentou sua comprovação econômico financeira de acordo com o solicitado no Edital, inclusive o mesmo encontra-se chancelado pela Junta Comercial da Bahia – JUCB.

Corroborar por fim que cumpriu o fielmente o que foi exigido no edital e na lei e princípios que regem o processo licitatório, encontrando-se hábil e pronta para executar o objeto pretendido.

V - DA ANÁLISE

O Atestado de Capacidade Técnica é um documento que serve para comprovar que a empresa vencedora de uma licitação tem competência para cumprir o objeto do edital comprovando assim que esta empresa já realizou um serviço similar ou entregou produtos como os exigidos no edital. Para aceitabilidade deste documento, o mesmo deve conter todas as informações sobre a empresa ou órgão que o está emitindo.

Vale ressaltar que o serviço ou produto apresentado no Atestado de capacidade técnica da empresa arrematante, precisa ser similar ao previsto no edital, e isso é bem diferente de ser igual ou idêntico.

Prevê o Edital deste Município em seu subitem 19.1.3 e 19.1.3.1:

19.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1.3.1 Pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando expressamente que o licitante forneceu ou está fornecendo satisfatoriamente objeto compatível com o objeto desta licitação. (grifo nosso).



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Desta forma, a pregoeira ao analisar a documentação da empresa vencedora, se depa-rou com 03 (três) atestados que indicavam a prestação de serviço similar ao objeto desta licita-ção, entendendo desta forma que a empresa cumpriu com a cláusula editalícia.

Disciplina o princípio da vinculação ao instrumento convocatório que junto ao princípio da legalidade e da objetividade, a necessidade de que as determinações habilitatórias sejam cumpridas. Assim, impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabeleci-das no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade. O Edital desta licitação é claro em solicitar atestado onde o objeto seja compatível com o da licitação em comento, desta forma é notório que a empresa recorrida, apresentou atestados que suprem essa solicitação do Edital.

Junto as contrarrazões de recurso a empresa apresentou algumas notas referentes a serviços prestados junto a órgãos públicos, esta pregoeira no sentido de diligenciar as alegações ali con-tidas, solicitou por e-mail que tais notas fossem encaminhadas a este departamento para verifi-cação (Notas disponibilizadas no Portal da Transparência do Município de Arapiraca).

A todo momento durante a sessão da licitação em comento, junto a análise de documen-tação de habilitação, essa pregoeira se pautou na vinculação ao instrumento convocatório asse-gurando desta forma os direitos dos licitantes e a lisura do processo como um todo. Assim, ne-cessário se faz lembrar da redação do art. 41 da Lei no 8.666/1993: "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Esse dis-positivo é claro ao usar a expressão "estritamente vinculada". Logo, não há espaços para ar-bitrariedades ou escolhas de licitantes por regras não estabelecidas no edital.

Assim, deve se respeitar ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e os to-dos os outros princípios que norteiam a licitação na busca da proposta mais vantajosa dentro das regras do edital e sem julgamentos subjetivos. Desta forma, analisando a documentação, as razões e contrarrazões apresentadas, entende esta pregoeira de que a empresa SMART SERVIÇOS LTDA apresentou atestados de capacidade técnica válidos e que suprem as exi-gências editalícias.

Quanto as alegações acerca do balanço patrimonial apresentando, para subsidiar o jul-gamento a ser proferido por essa Pregoeira e pela Equipe de Apoio, solicitamos manifestação da Secretaria Municipal da Fazenda sobre as informações ventiladas na peça recursal acerca do balanço patrimonial da empresa Smart Serviços LTDA, através do Ofício CGL.DP/SMFAZ Nº 072/2022, que através de Despacho emitido pelo contador ALBERTINO AUGUSTO DIAS NETO (despacho disponibilizado na integra no Portal da Transparência do Município de Arapi-raca) teve como resposta o seguinte: que foram apresentados 02 (dois) balanços patrimoniais e 02 (duas) demonstrações de resultados do exercício para o ano de 2020. Ressaltando que o DRE constante no Livro Diário de número 07 que é referente ao período de 01 de novembro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 constam despesas do livro diário de número 6 referente ao pe-ríodo de 01 de janeiro de 2020 a 31 de outubro de 2020.

Desta forma se observa que as despesas apresentadas na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) no Livro Diário nº 7, referentes ao período de 01/11/2020 a 31/12/2020, são na verdade despesas referentes a DRE do período de 01/01/2020 a 31/10/2020, que deveriam



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

constar no livro de nº 6, desta forma, as mesmas não poderiam está presentes na DRE de 01 de novembro a 31 de dezembro de 2020. Apresenta ainda que a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) apresentada no livro nº 7 está equivocada, pois aparece de 01 de outubro de 2020, onde o correto seria 01 de novembro de 2020.

Diante dos apontamentos elencados, verificasse que os erros impossibilitam que se calcule os índices do balanço patrimonial apresentado, ou seja, é impossível calcular os índices solicitados no Edital da Licitação, ou seja, o Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) não podem ser verificados se são iguais ou superiores a um para que assim estejam de acordo com a determinação editalícia.

Portanto, diante do posicionamento da Secretaria Municipal da Fazenda, esta pregoeira entende que o balanço apresentado pela empresa a SMART SERVIÇOS LTDA encontram-se em desacordo com o solicitado no Edital desta licitação, uma vez que o erro contido nas demonstrações de resultados prejudicam o calculo dos índices solicitados, não tendo como se verificar a condição real da situação econômico financeira da empresa SMART.

Assim ainda pautada no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, princípio da legalidade e demais princípios que norteiam o procedimento licitatório, entende esta pregoeira que o balanço patrimonial apresentado não atende as disposições editalícias.

VI - CONCLUSÃO

Analisando o Recurso administrativo e as contrarrazões apresentadas, cabe pontuar que o instrumento convocatório é o meio pelo qual a administração pública convoca os interessados ao certame, bem como expõe as regras a serem adotadas durante todo o procedimento, no intuito de garantir a segurança e a isonomia de todos os participantes.

Assim, em face das razões acima citadas, DEFERIMOS PARCIALMENTE os pedidos formulados pela Recorrente, alterando o posicionamento inicial, INABILITANDO a empresa SMART SERVIÇOS LTDA por apresentar balanço patrimonial em desconformidade com as exigências do Edital.

Que o presente julgamento, com as peças recursais apresentadas, sejam anexados ao processo principal.

Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados;

Por fim, que a presente decisão seja encaminhada ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Arapiraca, 11 de Abril de 2022


Mara Mirelle Soares de Oliveira Valeriano

Pregoeira

Portaria nº 863/2021